

**Da etnicização das teorias aos dilemas de envolvimento
com as Primeiras Nações na *anthropologie québécoise*¹**

**From the ethnicization of the theories to the dilemmas of
engagement with First Nations in the *anthropologie*
Québécoise**

Christian Teófilo da Silva²

Submetido em 13 de maio e aprovado em 21 de julho de 2014.

Resumo: A antropologia quebequense será abordada, primeiramente, pelo caráter inusitado de uma prática antropológica de inspiração francesa numa América predominantemente anglófona. E, em segundo lugar, pela onipresença do tema do nacionalismo e as políticas de Estado no contexto nacional quebequense tencionando a *performance* científica da antropologia. Este artigo visa promover o estudo de estilos de antropologias periféricas com vistas a suscitar maior interesse para este tipo de etnografia, em particular pela importância de se refletir sobre as interações entre o campo burocrático da Administração Pública e a formação de estilos nacionais de se praticar a antropologia.

Palavras-chave: Estilos de Antropologia. Antropologia quebequense. História da Antropologia no Canadá.

Abstract: First of all, Quebec anthropology will be discussed after its unusual character of a French-inspired anthropological practice in a predominantly English-speaking America. And, secondly, by the omnipresence of nationalism and state policies in Quebec. This article aims to promote the study of styles of peripheral anthropologies in order to attract additional interest for this type of ethnography, particularly the importance of reflecting on the interactions between the bureaucratic field of public administration and the shaping of national styles of practicing anthropology.

Keywords: Styles of Anthropology. Anthropology in Quebec. History of Anthropology in Canada.

Introdução: notas preliminares sobre a noção de estilo e tradição para uma etnografia das práticas etnológicas

Ao propor uma “etnografia das antropologias periféricas” como abertura do Seminário Latino-Americano de Antropologia, realizado em Brasília em 1987, Roberto Cardoso de Oliveira (1988) visava uma abordagem mais consistente e coerente para interpelar o “SER”, epistemologicamente plural, da antropologia. Digo “consistente” e “coerente” porque Cardoso de Oliveira se valia da própria etnografia como instrumento para suscitar, de maneira controlada, a reflexividade sobre os distintos modos de se fazer antropologia ao invés de recorrer aos repertórios do movimento pós-moderno estadunidense, os quais corriam o risco, no limite, de incitar certo “interpretativismo”, entendido por ele como um desenvolvimento perverso do paradigma hermenêutico.

Sob os termos de uma “etnografia das antropologias periféricas”, Cardoso de Oliveira partiu de uma concepção geográfica para articular os processos de desenvolvimento, cooperação e “amadurecimento” das comunidades de praticantes da antropologia em nível mundial em torno dos centros mais estabelecidos, como a Inglaterra, França e Estados Unidos, responsáveis pela origem e consolidação dos paradigmas constitutivos da disciplina.

Esta primeira classificação geográfica das antropologias, que Cardoso de Oliveira subdividia entre as antropologias herdeiras de “uma profunda tradição ocidental”, como as demais nações europeias; as nações asiáticas, “possuidoras de fortes e profundas tradições culturais letradas (como Japão, Índia e China)”; e as “novas nações” da América Latina, Caribe e África, tinha o objetivo de elucidar, tão somente, o vínculo disci-

plinar das antropologias periféricas com relação às antropologias centrais. Entretanto, essa classificação inevitavelmente sensibiliza para o reconhecimento das tensões políticas decorrentes dos enquadramentos imperiais das relações entre países centrais e periféricos (ver CARDOSO DE OLIVEIRA, 1998; CARDOSO DE OLIVEIRA; RUBEN, 1995). Dito de outro modo, o fato de a antropologia dos países centrais ter-se estabelecido precisamente durante a *Pax Britannica* o império colonial francês e a construção da doutrina do “destino manifesto”, dos EEUU, não pode ser desconsiderado para a compreensão da historicidade da disciplinarização das antropologias periféricas, em particular da antropologia na América Latina, onde os países da região apostavam no positivismo como filosofia pós-colonial para construir estados nacionais republicanos.

Consequentemente, conforme observou Cardoso de Oliveira: “[...] a antropologia em sua forma originária, como o estudo do Outro, deve ser necessariamente reconsiderada quando os Outros somos Nós”. (1988, p. 148-149). Isto, melhor explicado, alertava para o fato de:

[...] que a pesquisa realizada por antropólogos “índigenas” ou locais estará sempre se deparando com a tensão criada pelo enfrentamento do discurso de uma disciplina surgida alhures – na Europa Ocidental ou nos Estados Unidos – com a nova especificidade da situação de investigação na qual aquele Outro é simultaneamente sujeito e objeto de conhecimento. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1988, p. 149, grifos do autor)

Uma “etnografia das antropologias periféricas” feita por “antropólogos nativos” deveria, portanto, ser capaz de articular sua própria tradição intelectual às culturas antropológicas estabelecidas fora, fazendo-se atenta aos diferenciais de poder implicados nos processos de objetificação da alteridade cultural para, em seguida, voltar a interpretar o próprio processo de “nativização” ou singularização da antropologia em sua comunidade antropológica de origem. (ver SANGREN, 2007).

É evidente que esse itinerário etnográfico sugerido por Cardoso de Oliveira não pode vir a ser implementado indefinidamente sob o risco de estimular “autoetnografias”, o que colocaria em risco a objetividade como valor etnográfico, além de reduzir o projeto etnográfico sobre antropologias periféricas a uma espécie elaborada de provincianismo. Na verdade, os etnógrafos das antropologias periféricas só possuem *objeto* na medida em que eles próprios e seus colegas fazem outras e variadas antropologias sobre certos “outros”, pensados através de conceitos e categorias pretensamente compartilhadas e universais como “aliança e descendência”, “mentalidade primitiva”, “representação coletiva”, “ideologia”, “prática”, etc. A linguagem teórica da disciplina deve ser passível de ser traduzida e esta tradução deve-se provar eficaz para a interpretação das culturas de outros povos antes de retornar para a comunidade antropológica na forma de etnografias.

Mais importante ainda é notar que antes mesmo de os conceitos antropológicos serem formulados, os “outros” devem ser categorizados como tais, e sua alteridade deve ser compartilhada antropológicamente para que, a partir daí, a antropologia possa consolidar-se. É isto que torna o trabalho antropológico com povos indígenas tão propício ao estudo comparado das antropologias, o fato de compartilharmos as culturas indígenas como objetos etnografáveis por nossas antropologias, que engendrariam assim seus próprios “artefatos culturais” com as culturas e pensamento dos outros, como diria Geertz (1999). Stephen Baines tem-se mostrado particularmente atento à oportunidade de enfocar os estilos de etnologia indígena como forma de apreensão das antropologias periféricas que tendem a representar os indígenas como outros significativos dos processos de construção nacional. (ver BAINES, 1995).

Desse modo, da problematização original de Cardoso de Oliveira, podemos avançar para outro modo de etnografar “antropologias periféricas”, qual seja, tomando as práticas antropológicas e as etnografias como

artefatos culturais dos outros antropólogos sobre os “outros-universalmente-compartilhados-da-disciplina” como objetos de metaetnografias.

O parâmetro que tornaria estas “outras antropologias”, com povos indígenas, passíveis de serem etnografadas, seria o mesmo proposto por Cardoso de Oliveira para o estudo das antropologias periféricas como um todo, a ideia de *estilo* ou de *variantes estilísticas* na acepção dada pelo filósofo Gilles-Gaston Granger (1979), para quem estilo seria uma: “[...] modalidade de integração do individual num processo concreto que é trabalho e que se apresenta necessariamente em todas as formas de prática”. (GRANGER, 1974, p. 17 e 1968, p. 8 apud CARDOSO DE OLIVEIRA, 1988, p. 156-157).

Segundo a leitura de Cardoso de Oliveira, esta noção nos colocaria diante dos “modelos construídos segundo as circunstâncias de uso”, quer dizer, ela nos remeteria:

[...] à dimensão individualizante do exercício da disciplina, porém não se detém na esfera propriamente pessoal ou individual do trabalho intelectual, indo além, procurando apropriar-se de um discurso comum (portanto coletivo) de um grupo localizado de profissionais: de uma comunidade antropológica situada no tempo e no espaço. Nesse sentido, o verbo *individuar* é bem mais adequado do que o verbo individualizar. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1988, p. 156, grifo do autor)³.

A individuação da prática antropológica consiste, portanto, em uma tomada de consciência crítica sobre os lugares e modos variados, que são tornados particulares, de se exercer a antropologia na contemporaneidade. Dito de outro modo, trata-se de abordar etnograficamente a permeabilidade da prática e da teoria antropológica às ideologias ambientes e sua transformação em tradições antropológicas, potencialmente configuradoras de múltiplas antropologias que exprimem, cada uma à sua maneira, o universal, como nos lembra Louis Dumont. (1993, [1978]).

É contra, portanto, certa tendência sociocentrista da antropologia de se individualizar, ameaçando a unidade da disciplina enquanto projeto de universalização do discurso antropológico, que se deve pôr em marcha uma etnografia das antropologias periféricas ou, mais precisamente, etnografias das práticas etnológicas, nas que nós mesmos seremos remetidos às nossas próprias culturas e sociedades modernas como formas particulares de humanidade, em que o individualismo subsiste como valor último, para falar mais uma vez como Louis Dumont (1993 [1978]) e Geertz (1999).

Como elucidação do caráter exemplar do estudo das práticas etnológicas como subsídio para uma etnografia das antropologias periféricas, sem incorrer no exagero da “autoetnografia” e a favor de uma crítica – antecipo-me em dizer – do modo unilateral como as culturas indígenas são tornadas objetos de pesquisa por antropólogos não indígenas, que apresentarei o caso da “antropologia quebequense” como um tipo raro, talvez extremo, de tensão epistemológica e ideológica entre o desejo de se fazer uma antropologia universal e a descoberta do próprio universalismo idiosincrático que faz de si um “outro” a ser compreendido simetricamente às culturas dos povos indígenas.

A escolha da “antropologia *québécoise*” decorre de minha própria experiência de pesquisa em seu interior durante a realização do meu estágio de pós-doutorado em 2013, no *Centre interuniversitaire d'études et de recherches autochtones* (CIÉRA), da *Université Laval*, na cidade do Quebec. Durante o ano tive a oportunidade de trabalhar com antropólogos e indígenas em diferentes níveis de formação e espaços de atuação profissionais, conduzindo entrevistas e reunindo informações sobre as etnografias com povos indígenas do Canadá e a configuração do campo indigenista da província do Quebec e do Canadá. Outra razão para falar da antropologia com povos indígenas no Quebec decorre do fato desta já ter sido objeto de etnografia por outro colega brasileiro, cujo trabalho, publicado há dez

anos (2004), a partir de sua pesquisa de campo na *Université de Montréal*, passarei a resumir como uma forma de introdução às vantagens e desvantagens de se fazer antropologia com a antropologia dos outros.

A antropologia quebequense como objeto de etnografia e a etnicização das teorias

O antropólogo a que me refiro é Celso Azzan Júnior, então pesquisador do Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência, da Unicamp. Mais conhecido e lido nas disciplinas de Teoria Antropológica em função de seu trabalho sobre as antropologias de Lévi-Strauss e Geertz (1993). Poucos sabem, portanto, que seu doutorado foi realizado sobre o processo de formação das Ciências Sociais francófonas quebequenses. Esse desconhecimento se deve, também, ao fato de serem raros os trabalhos antropológicos sobre outras antropologias e etnologias (ver, por exemplo, LIMA, 1985; BAINES, 1995, 1991, 1993, 1996, 2002), sendo muito mais frequentes as investidas etnográficas e críticas sobre a própria antropologia. (ver VELHO, 1980; MELATTI, 1982; PEIRANO, 1991, 1995, 1999; LARAIA, 1990; RAMOS, 1990; KROTZ, 1997; VIVEIROS DE CASTRO, 1999; LOMNITZ, 2002; GUBER, 2003, dentre outros). A antropologia quebequense também produziu outra excentricidade, qual seja, o estudo de Robert Crépeau sobre a antropologia indígena brasileira (1995) e seria importante comparar estes olhares cruzados sobre as respectivas antropologias, o que por falta de tempo/espço não será realizado agora/aqui.

O caráter raro e de difícil classificação da etnografia de Azzan Jr. não passou despercebido ao próprio (2004, p.10), quem resumiu seu empreendimento como um estudo de compreensão da disciplina através do entendimento do Quebec (e vice-versa) e seu livro segue sendo “[...] o único livro de um cientista social brasileiro a respeito da antropologia do

Quebec”. (2004, p. 11). As razões para esta exclusividade, como distância geográfica, barreira linguística e custos de uma pesquisa em uma província cujas temperaturas variam de 40° negativos a 40° positivos, são óbvias e é desnecessário comentá-las.

São as razões menos evidentes que seriam dignas de nota. Por exemplo, considerando que a antropologia francesa e francófona possui forte influência sobre nosso próprio estilo de praticar a antropologia, seria razoável supor que a partir da comunidade antropológica francófila da qual fazemos parte (afinal de contas nós lemos, e até traduzimos, mutuamente as etnografias e artigos sobre realidades e grupos humanos que estudamos em comum), a antropologia feita em províncias e departamentos francófonos do continente americano e do Caribe suscitassem, no mínimo, alguma curiosidade. Mas da curiosidade ao interesse genuíno em saber como é feita a antropologia de inspiração francesa em outras partes vai uma grande distância. Afinal, não sabemos exatamente o que teríamos a aprender com este tipo de pesquisa. Que vantagens se pode obter para ambas as antropologias de um exercício de tal complexidade? Em que medida nossos horizontes periféricos se ampliariam e nossa consciência do que fazemos quando estudamos outras culturas se adensaria teoricamente vendo como outros praticam a antropologia?

Não há dúvida de que se trata de um trabalho para gostos e inclinações intelectuais singulares e, se pensarmos em termos de uma oposição clássica entre os “antropólogos com preferência estética por sistemas e explicações” e os “antropólogos com preferência afetiva por casos particulares e compreensões”, veremos que os estudos antropológicos sobre outras antropologias é feito mais por *esprit de finesse* do que por *esprit de géométrie*.

Somos levados, então, a nos interessar pela antropologia quebequense, primeiro, pelo caráter inusitado de uma prática antropológica de

inspiração francesa numa América predominantemente anglófona, o que, por analogia, remete à própria situação da antropologia brasileira feita em língua portuguesa numa região cercada de países que adotam o espanhol como língua oficial. E, em segundo lugar, será pelo pioneirismo, se não pela exemplaridade da abordagem de Azzan Jr., sobre a “onipresença do tema do nacionalismo” e as políticas de Estado no contexto nacional quebequense e como este tema passou a tencionar a *performance* científica da antropologia, que poderemos divisar formas de aproximar antropologias periféricas com vistas a suscitar maior interesse para este tipo de etnografia, em particular pela importância de se refletir sobre as interações entre o campo burocrático da Administração Pública e os estilos locais de se praticar a antropologia. (TEÓFILO DA SILVA, 2011). Sendo assim, vejamos quais contribuições de Azzan Jr. podemos reter para nossa proposta compreensiva de uma etnografia das práticas etnológicas no Quebec.

Azzan Jr. ressalta a situação crítica da antropologia quebequense no contexto social e político instaurado durante os governos pós-revolucionários (sim, a *Belle Province*, como é chamada, viveu uma revolução que foi denominada, e não poderia ser de outro modo, de “Revolução tranquila⁴”) que constituiu uma nova *intelligentsia* acadêmica e tecnocrática responsável pela institucionalização da antropologia. Nas palavras de Azzan Jr.:

Inserida num contexto de “modernização” administrativa patrocinada pelos governos da Revolução, a antropologia, em especial (por ter nascido institucionalmente nessa época) parece ter sofrido de modo particular as interferências que decorreram dessa nova mentalidade política que o Quebec experimentou a partir dos anos 1960. (2004, p. 14-15, grifos do autor).

Não por outra razão, Azzan Jr. delimita temporalmente seu trabalho neste momento, precisamente por ele representar uma espécie de crise das Ciências Sociais, que se viram submetidas a um processo de crise e de fragmentação bastante revelador das posições, opiniões, valores, crenças,

ideologias, vinculações teóricas e estratégias metodológicas assumidas pelos antropólogos no campo acadêmico do Quebec, conformando aquilo que Thomas Kuhn designou de “matriz disciplinar”. (KUHN, 1975). Esta matriz, por sua vez, alinhou-se em conformidade a duas inclinações do meio antropológico europeu e francófono da época, notadamente, ao marxismo e ao estruturalismo. Como Azzan Jr. pôde observar, a antropologia marxista: “[...] produziu seu próprio modelo teórico de interpretação, mas ao custo de se distanciar da tarefa de estudar os temas sociopolíticos da província, desde sempre deixados ao encargo das demais Ciências Sociais”. (p. 16). Enquanto o estruturalismo: “[...] não apenas fundou essa antropologia [...], como também lhe emprestou um certo tipo de *ethos* [...]”. (p. 16).

O reconhecimento deste duplo registro ou destas duas tradições teóricas na conformação da antropologia quebequense, que tem como pano de fundo uma transformação modernizadora da sociedade e da economia do Quebec a partir de políticas estatais, constituiu um quadro sintético imprescindível para mapearmos e situarmos os estudos etnográficos que são feitos com os povos indígenas do Quebec, assim como para problematizar os processos de etnicização dessa antropologia em termos da estruturação bilíngue das sociedades nacionais canadense e quebequense que nesse momento tomaram forma, levando, inclusive, como pude observar, à percepção canadense e estadunidense de que no Quebec se faz “outra antropologia”.

Esta percepção decorre, evidentemente, dos dilemas que a Revolução Tranquila (ver nota 4) promoveu no Quebec com relação a sua própria tradição francesa. Conforme a descrição de Azzan Jr.:

Transformando economicamente a província, modernizando-a, fazendo crescerem nela suas classes médias, laicizando sua vida cultural, industrializando sua economia, a dita Revolução não apenas altera significativamente a situação política do Quebec dentro do Canadá,

como o faz alterando também a situação dos francófonos dentro de sua própria província. De “campesinos atrasados”, eles passam a ser compreendidos como cidadãos de primeira classe, tão “evoluídos” quanto seus colegas anglófonos do restante do país.

No entanto, se essa Revolução trouxe consigo ingredientes para a elevação da autoestima dos habitantes do Quebec, é também verdade que o fez importando igualmente alguns instrumentos nem tão desejados assim. Um deles, em especial, deve ser salientado. Calcando sua receita de desenvolvimento em modelos importados dos EUA, os governos da Revolução implementaram um tipo de “americanização” não apenas das instituições políticas e das medidas administrativas e econômicas, mas também dos modos de organizar e gerenciar o trabalho acadêmico. (p. 42, grifos do autor).

Colocado em termos claros, o que se promoveu foi a separação da antropologia dos Departamentos de Sociologia aos quais estavam vinculados. Esta separação se deu, principalmente, pela adoção do modelo boasiano de organização da antropologia em quatro campos (arqueologia, antropologia física, antropologia linguística e antropologia cultural), em particular no Departamento de Antropologia da *Université de Montréal*, fundada em 1961 (em Quebec, a antropologia continuou vinculada à Faculdade de Ciências Sociais).

Retomando a etnografia de Azzan Jr.:

A situação, (naquele) momento de fundação, caracterizava-se então pelo seguinte: fortemente marcada pela influência do estruturalismo francês, essa antropologia experimenta, no início dos anos 1960, uma evidente identificação com sua vertente mais importante. Apenas para que se tenha uma ideia, nessa época praticamente a metade de seus profissionais se proclamava estruturalista. Por isso mesmo, tendo nessa importação francesa sua principal influência teórica, essa antropologia – que depois se veria também invadida pela onda marxista-maoísta advinda igualmente da França – vê suas principais vertentes teóricas associadas àquele

“provincianismo francófono” que a Revolução tinha por meta suplantar. Seu perfil teórico francófono pareceu, então, chocar-se com suas influências administrativas norte-americanas. Dividida entre suas importações teóricas francesas, por um lado, e os modelos acadêmicos americanos importados junto à Revolução, por outro, essa antropologia experimenta aí seu mais intrínseco dilema [...]. (p. 43, parêntesis adicionados).

É, portanto, a partir de uma sucessão de crises de identidade e de lealdades ideológicas e teóricas, originadas no pertencimento geográfico à América do Norte e histórico à França, que a antropologia quebequense se individua. E esse processo de individuação se intensifica no interior de um processo de reconstrução estatal de uma nação dentro da nação canadense que é, por extensão, parte da *Commonwealth* britânica! Novamente, somos confrontados com arranjos imperiais e neocoloniais de poder que constroem o projeto universalista da antropologia e afetam os modos como a diferença cultural de outros povos será significada, valorada e pesquisada. Essa constatação, afirma Azzan Jr., deve nos fazer atentos:

[...] ao fato de que a fragmentação teórica e o conjunto de temas abordados por essa antropologia são ao mesmo tempo a causa e o resultado de uma relação assumidamente dependente relativamente à produção das antropologias americana e francesa, especialmente. (p. 101).

Retomando a etnografia de Azzan Jr., veremos que a vertente marxista da antropologia quebequense promoveu uma etnicização dos antropólogos nos seguintes termos:

Durante os anos que seguiram à morte de Duplessis em 1959 – portanto já em plena Revolução Tranquila –, a sociedade quebequense francófona reexperimenta sua identidade francesa, desde sempre objeto de preocupação, ao questionar especialmente sua situação economicamente inferior frente aos anglófonos na província. Nesse movimento de busca, muitas foram as

razões arroladas para que tal fenômeno ocorresse como ocorreu, e o desenvolvimento dessa assimetria, para a consciência social de cidadãos que reiniciavam um processo de revalorização de sua cidadania, só poderia mesmo resultar em tomadas de posição que expressassem inequivocamente um ponto de vista “oprimido”. [...] Talvez, por isso mesmo, tal ponto de vista se caracterizava principalmente por tomadas de posição frente à “invasão”, e por um discurso equivalente, no plano de sua própria sustentação ideológica, de uma *etnicidade* que importava preservar. Sob esse aspecto, como ressaltava Beaucage (um dos interlocutores de Azzan Jr.), essa etnicidade para os quebequenses se confundia com o exercício de sua cidadania. (p. 102-103, parêntesis adicionados).

Quanto à antropologia estruturalista, a qual também estamos acostumados a reconhecer no Brasil, o estruturalismo serviu como traço de identidade etnicizando à antropologia por outras vias:

Desde seu início, no começo dos anos 1960, essa antropologia esteve fortemente marcada pela invasão estruturalista que, não é demais notar de novo, trazia consigo um tipo de fé numa razão mediadora que tudo poderia resolver, e um caráter intelectualista tipicamente francês, que se opunha ao empirismo anglo-saxão identificado com o *outro* dessa sociedade francófona. É por razões dessa ordem que se pode argumentar em favor do caráter étnico que o estruturalismo assumiu na província. (p. 123, grifos do autor).

Essa dupla etnicização dos antropólogos e da antropologia quebequense teve um impacto direto sobre o modo como as práticas etnológicas se deram sobre temas da sociedade quebequense (que lá se chama “etnologia”), e sobre a própria pesquisa com povos indígenas na província. O marxismo, como o estruturalismo, acarretaram certo modo de se posicionar tanto quanto de interpretar a situação das “Primeiras Nações” no Quebec e no Canadá. É neste ponto que deixamos de lado a etnografia de

Azzan Jr., que soube construir exemplarmente o problema da “eticização das teorias” e seus efeitos condicionantes dos modos como estas serão utilizadas (p. 138), para abordarmos mais detidamente a etnicização das práticas etnológicas, tema que escapa aos interesses de Azzan Jr. em seu trabalho.

O Quebec e a antropologia com as Primeiras Nações

Ao analisar a literatura existente sobre as formas de relacionamento entre indígenas e antropólogos no Quebec (ver, em especial TREMBLAY, 1993; SIMARD, 2003), nota-se uma temática recorrente nas avaliações destes últimos sobre suas próprias práticas diante da situação vivida pelas populações sujeitos-objetos de suas pesquisas. Tais avaliações glosam sobre o imbricamento da prática antropológica com uma postura de “engajamento” ou “envolvimento” dos antropólogos na vida política indígena, o que, por sua vez, vem a dinamizar reflexões acerca das heranças coloniais e imperiais da disciplina. O caso do Quebec, como vem sendo apresentado em linhas gerais, revela-se um “laboratório” interessante para se pensarem os fatores condicionantes de novos estilos de etnologia indígena, seja em si mesmos, seja em contraste com o resto do Canadá ou com outros Estados-Nação. Em suma, trata-se de um contexto revelador do processo de politização da etnologia e de etnicização dos antropólogos e da teoria social perante os indígenas.

Apenas para apresentar um breve estado da arte da relação entre indígenas e a antropologia no Canadá, antes de me reportar à situação específica do Quebec, proponho seguir a argumentação de Dyck (1990), a esse respeito. Partindo de um recorte temporal que vai desde o início dos anos 1970 até o início dos 1990, o autor começa com algumas considerações acerca do crescimento no número de publicações acadêmicas e não acadêmicas sobre povos indígenas no Canadá. Atualmente, a preeminên-

cia, um dia gozada, dos antropólogos nesse campo de estudos tem sido disputada com outros agentes e agências, e mais importante, pelos próprios indígenas. Nesse sentido, Dyck propõe uma classificação dos estudos com as Primeiras Nações no Canadá segundo três categorias: etnologia tradicional, estudos de aculturação e estudos sobre as relações entre indígenas e a sociedade nacional canadense.

Fica explicitada, nas duas primeiras categorias, a influência da antropologia desenvolvida nos Estados Unidos, onde os estudos etnológicos tradicionais seguiriam a proposta de Franz Boas, centrada numa “etnografia de resgate” e em aspectos “tradicionais” e “autênticos” das culturas indígenas em vias de desaparecimento. Os estudos de aculturação, por sua vez, também orientados por conceitos cunhados na antropologia estadunidense, promoveram, na análise de Dyck, uma verdadeira base fundacional para investigações etnográficas, orientadas principalmente por um eixo etno-histórico. A terceira categoria de estudos, por sua vez, partiu do reconhecimento de tensões e problemas vividos no interior das comunidades, quando então os antropólogos passaram a abordar estas questões, a partir de um envolvimento político e moral com as populações indígenas, com a sociedade canadense e com as agências estatais.

Dyck aponta que na década de 70 os estudos antropológicos sobre populações indígenas foram conduzidos por antropólogos empregados por universidades, museus e agências governamentais e não é sem surpresa que se constata que, a “tomada de consciência” por parte dos antropólogos, acerca dos problemas vividos pelos indígenas se deu em função das posturas agressivas do Estado e de empresas na definição dos destinos destes, a exemplo das ações, programas e políticas promovidas durante a Revolução Tranquila no Quebec. Este foi o contexto que engendrou o *White Paper* (1969-1970), documento reorientador das políticas indigenistas no Canadá e que significou, nas palavras de Baines (1996):

[...] uma espécie de “Decreto de Emancipação”, que

visava revogar a Ata Indígena e declarar o fim da responsabilidade do governo federal com relação aos povos indígenas, assim passando a administração de suas áreas às províncias. (p. 10, grifos do autor).

Essa controvérsia, assim como a questão hidrelétrica em James Bay no Quebec, deu visibilidade à situação de dominação vivida pelos indígenas, revelando a dimensão política das relações entre índios, Estado e empresas do setor elétrico.

Nas palavras de Dyck (1990):

[...] anthropological fieldworkers suddenly found themselves obliged to take account of political issues and relationships which stretched far beyond traditional ethnographic locales such as traplines into new settings such as parliamentary committee hearings, courtrooms and corporate offices in Ottawa, Montreal, Vancouver and New York, and back again to local native communities (Salisbury 1986). To comprehend what has been happening at the local level anthropologists have had to move beyond the analytical frameworks and assumptions of both traditional ethnology and acculturation studies and to grapple with issues and institutions that, in turn, lead us into fields and arenas better known to practitioners of other disciplines. (p. 42).

O resultado desta postura de “obrigação em tomar conhecimento dos aspectos políticos” do campo foi a criação de novos tipos de situações de trabalho para os antropólogos, quando muitos se converteram em “consultores” ou “assessores” que tanto conduzem trabalhos demandados pelos indígenas quanto pelas agências estatais e empresas. Segundo Dyck, trata-se de uma mudança na natureza do campo de estudo (1990, p. 43), porém, eu me perguntaria se isso reflete realmente uma “mudança do campo” ou seria uma mudança de percepção do que deve contar como campo. Neste último caso, a tomada de consciência por parte dos antropólogos no Canadá de que suas pesquisas não ocorriam em um vácuo político e moral,

parece ter sido um processo tardio se comparado com a velocidade em que o Estado tomava decisões sobre o destino das populações indígenas e como estas reagiam quase imediatamente e de forma organizada frente a estas decisões.

O *White Paper* foi fortemente criticado pelos indígenas, que divulgaram seu *Red Paper*, passando a exigir uma reforma da Ata Indígena, e um reconhecimento mais explícito dos direitos indígenas na legislação, através da ideia de que os indígenas seriam *citizens plus* ou “cidadãos diferenciados” na sociedade canadense, o que foi parcialmente alcançado com a Ata Constitucional de 1982.

Se nos voltarmos mais para a prática da etnologia indígena no Canadá, retornando à classificação inicial da etnologia feita por Dyck, teremos ainda quatro subcategorias a considerar: 1) etno-história, 2) etnologia, 3) estudos de comunidades, e 4) relações entre indígenas e Estado; a tal lista eu acrescentaria uma quinta subcategoria, referente aos estudos conduzidos por “antropólogos indígenas” no sentido mais restrito do termo. No interior desses campos da antropologia, ocupados com e por indígenas no Canadá, Dyck identifica importantes avanços da disciplina, dentre os quais aproveito para ressaltar a importância dada à dimensão moral como um aspecto crucial das relações interétnicas. A apreensão desta dimensão por parte dos antropólogos se deu, em larga medida, pela rotação de perspectiva promovida pelo *White Paper*, que parece ter colocado as diferentes abordagens das subcategorias listadas acima em constante processo de politização, fazendo com que o desenvolvimento de uma abordagem estivesse profundamente imbricado no das demais.

Partindo dessa observação, creio ser interessante passar a abordar alguns aspectos do envolvimento político dos antropólogos em questões indígenas e pensar este envolvimento como constitutivo da dimensão moral, sendo esta um campo semântico responsável pela crescente “reflexi-

vidade” na etnologia indígena que se faz no Canadá e, em especial, no Quebec entre antropólogos anglófonos, francófonos, alófonos e indígenas.

Considerando, no caso, a situação dos antropólogos anglófonos e francófonos no Quebec, gostaria de ressaltar, partindo de uma reflexão de Baines (1996, p. 5), a necessidade de se considerar as representações que os antropólogos fazem acerca de si mesmos como surgindo em diversas formas, revelando uma perspectiva de membros de nações imperialistas ou colonialistas. Segundo Baines: “Essa maneira de se apresentar pode ser pertinente, também, para os antropólogos em nações de colonização europeia que pensavam seus países como extensões dos países de centro [...]” (p. 5).

Nesse sentido, resalto que os vínculos nacionais das identidades sociais de antropólogos e indígenas repercutem nas possibilidades de envolvimento entre estes, o que vem a redimensionar a ideia de “antropólogos nativos” e fazer do envolvimento (moral e político) com populações indígenas uma questão dilemática, justamente porque, nas palavras de uma antropóloga canadense, abordar a questão indígena é considerar uma “questão de consciência do próprio país”. (SIECIECHOVIWCZ, 1993 apud BAINES, 1996, p. 6).

Inspirado por estas reflexões, a situação da etnologia indígena e da própria antropologia que se faz no Quebec não necessariamente se constitui numa novidade, mas como um campo profícuo para se observar diferentes formas de envolvimento e identificação da disciplina com projetos nacionais e de convivência interétnica, repercutindo em distintos modos de se fazer etnologia com populações indígenas a partir dos vínculos nacionais que cada um dos agentes envolvidos (índios e antropólogos) assume na situação.

Em seu estudo preliminar sobre os estilos de etnologia indígena no Canadá, Baines (1996), comenta que poucos antropólogos, na década de 60, praticavam uma “antropologia de ação” (ver GOLD; TREMBLAY,

1983). Em suas palavras:

Contudo, na década de 70, a questão do nacionalismo quebequense e o controle da economia do Quebec preocuparam muitos antropólogos. Assim, conforme Hedican (1995, p. 17-18), a controvérsia em volta do projeto hidrelétrico da Baía de James enfocou menos o contexto da questão indígena e dos direitos aborígenes e mais o contexto do nacionalismo quebequense e a independência econômica do Quebec do Canadá anglófono. (p. 16).

Nesse sentido, é curioso notar que um projeto de “antropologia aplicada” foi desenvolvido por antropólogos de uma universidade anglófona no Quebec (*McGill University*) junto aos Cree. Porém, observa-se uma escassez de estudos sobre a situação de dominação vivida por estes grupos. Inseridos em um contexto politicamente sensível e conturbado como o do Quebec, os antropólogos anglófonos desenvolveram um estilo etnográfico de trabalho de campo com curtas durações e que permitiam um acompanhamento intermitente da situação vivida pelos índios. Enquanto isso, antropólogos francófonos no Quebec viam a situação dos índios e de imigrantes como extremamente problemáticas, conduzindo-os a desenvolver outros campos de pesquisa que não o da etnologia indígena. (BAINES, 1996, p. 21).

Essas breves considerações, apesar de não passarem uma ideia suficientemente abrangente da complexidade das relações entre antropólogos e indígenas, servem ao menos para apresentar a dificuldade de se falar em um único estilo de etnologia no Quebec, bem como servem para indicar como perspectivas locais e nacionalistas entram em contradição com a perspectiva universalista assumida pela antropologia em suas distintas vertentes, marxista e estruturalista no Quebec.

Entretanto, o que me parece particularmente interessante nas situações acima citadas, consiste nas diferentes estratégias desenvolvidas pelos antropólogos para administrarem o grau de envolvimento que desejam ter

e que é exigido pelos indígenas como instância de negociação das condições para a pesquisa de campo. Nas palavras de Dyck e Waldram (1993):

Por causa de seus métodos de trabalho de campo e abordagem analítica distintos [...], a antropologia teve que enfrentar um problema metodológico difícil que outras disciplinas interessadas em políticas públicas têm ignorado: a gestão da distância operacional criada entre uma disciplina e as pessoas, as práticas e os processos que ela estuda. Os antropólogos têm lutado muito com as implicações de duas maneiras muito diferentes de lidar com este problema. Como primeira opção, os antropólogos poderiam buscar a distância conceitual tradicional de si acima de seus objetos por uma variedade de meios, incluindo o uso de conceitos e medidas não reflexivas, colocando-se, assim, acima dos sujeitos pesquisados, em uma posição de superioridade epistemológica. [...] A segunda opção é reconhecer esses problemas de distância e de representação e enfrentar o impacto de nossas investigações e escritos sobre aqueles a quem nós estudamos (o que inclui considerar os impactos de nossas próprias culturas sobre as teorias que adotamos, diria eu). Esta abordagem reconhece a natureza “interessada” de todo tipo de conhecimento de tal forma a ajudar as pessoas que estudam (ou com quem trabalhamos) para exercer maior controle sobre o gerenciamento de suas vidas e contextos sociais. (p. 13-14, tradução CTS, grifos do autor, parêntesis adicionados).

A estas duas opções parecem corresponder a formas de posicionamento calcadas em distanciamento ou proximidade moral por parte dos antropólogos francófonos e anglófonos, respectivamente, frente à questão indígena no Quebec. Ambos os posicionamentos são condicionados, neste caso, pelos processos etnonacionalistas de indígenas e não indígenas em vigor na província, os quais não tive condições de expor aqui. As identificações nacionais dos agentes envolvidos, dimensão que parece polarizar em identidades contrastivas (anglófonos *x* francófonos, federalistas *x* na-

cionalistas, universalistas x multiculturalistas, etc.) as oportunidades de envolvimento com os povos indígenas, condicionam as possibilidades de pesquisa, assim como a escolha dos temas a serem pesquisados e as teorias a serem adotadas. Dito de outro modo, o caso do Quebec deixa explícita a dimensão étnica como uma dimensão social total para as práticas etnológicas com as populações indígenas da província.

Notas de fim (Endnotes)

- ¹ Artigo apresentado originalmente como palestra no Seminário do Laboratório e Grupo de Estudos em Relações Interétnicas (LAGERI): “A prática da etnologia indígena no contexto de estados nacionais diversos”, organizado pelo Prof. Dr. Stephen Grant Baines, Universidade de Brasília, Brasília-DF, Brasil, 30 de abril de 2014.
- ² Antropólogo e Professor Adjunto IV da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil. Bolsista de Produtividade em Pesquisa – Nível 2 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Pesquisador Associado do *Centre Interuniversitaire d'Études et de Recherches Autochtones/Interuniversity Centre for Aboriginal Studies and Research (CIÉRA) da Université Laval (ULaval)*. É fundador e coordenador do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Movimentos Indígenas, Políticas Indigenistas e Indigenismo (LAEPI) e editor da *Interethnic@* – Revista de Estudos em Relações Interétnicas. Atualmente, desenvolve pesquisa comparada sobre reservas e terras indígenas, políticas indigenistas e regimes de indianidade no Brasil, Canadá e Quebec. E-mail: silvact@unb.br.
- ³ Ver ainda a perspectiva de Vessuri (1995), sobre a noção de estilo a partir da Sociologia da Ciência.
- ⁴ Azzan Jr. a define como um: “[...] período de inovações político-administrativas e de modernização econômica iniciado pelo governo Lesage em 1960, e cuja duração, a depender da fonte, pode-se estender como maior ou menor. (2004, p. 41). A partir daí o autor apresenta uma lista de publicações sobre esse período.

Referências

AZZAN JÚNIOR, C. *Antropologia e sociedade no Quebec: Antes e depois da Revolução tranquila*. São Paulo: Annablume, 2004.

AZZAN JÚNIOR, C. *Antropologia e interpretação: Explicação e compreensão nas antropologias de Lévi-Strauss e Geertz*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

- BAINES, S. G. *Estilos de Etnologia Indígena no Brasil e no Canadá*. Série Antropologia 282. Brasília: DAN/UnB, 2000. Republicado em ZAMBRANO, Carlos (Org.). *Etnopolíticas y Racismo: Conflictividad y Desafíos Interculturales en América Latina*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2002.
- BAINES, S. G. *Estilos de Etnologia Indígena*. In: CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto; RUBEN, Guillermo Raul (Org.). *Estilos de Antropologia*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- BAINES, S. G. *Estilos de Etnologia Indígena e no Canadá vistos do Brasil*. Série Antropologia 315. Brasília: DAN/UnB, 2002.
- BAINES, S. G. *Etnologia e Indigenismo na Austrália*. Série Antropologia 115. Brasília: DAN/UnB, 1991.
- BAINES, S. G. *Primeiras Impressões sobre a Etnologia Indígena na Austrália*. Série Antropologia 139. Brasília: DAN/UnB, 1993.
- BAINES, S. G. *Etnologia Indígena no Canadá: Primeiras Impressões*. Série Antropologia 196. Brasília: DAN/UnB, 1996.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. *Sobre o pensamento antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. Brasília: MCT/CNPq, 1988.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. *Notas sobre uma estilística da antropologia*. In: CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto; RUBEN, Guillermo Raul (Org.). *Estilos de Antropologia*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. *Antropologias periféricas versus antropologias centrais; A etnicidade como fator de estilo. O trabalho do antropólogo*. Brasília: Paralelo 15. São Paulo: Editora Unesp, 1998.
- CRÉPEAU, R. *A antropologia indígena brasileira vista do Quebec: Uma proposta de pesquisa*. In: CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto; RUBEN, Guillermo Raul (Org.). *Estilos de Antropologia*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- DUMONT, L. *O individualismo: Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

DYCK, N. *Cultures, Communities and Claims: Anthropology and Native Studies in Canada*. Canadian Ethnic Studies, XXII, 3, 1990.

DYCK, N.; WALDRAM, J. *Anthropology, Public Policy and Native Peoples in Canada*. Montreal: McGill University Press, 1993.

GEERTZ, C. O saber local: Novos ensaios em antropologia interpretativa. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

GOLD, G.; TREMBLAY, M-A. *Steps toward an anthropology of Quebec 1960-1980*. In: MANNING, F. (Ed.). *Consciousness and Inquiry: Ethnology and Canadian Realities*. Ottawa: National Museums of Canada, 1983.

GUBER, R. *Antropología Social: Una categoría nativa de la diáspora antropológica argentina*. Anuário Antropológico/2000-2001. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

KROTZ, E. *Anthropologies of the South: Their rise, their silencing, their characteristics*. Critique of Anthropology, 17 (3), 1997.

KUHN, T. *Posfácio. A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

LARAIA, R. B. *Etnologia Indígena Brasileira: Um breve levantamento*. In: ZARUR, G. C. L. (Org.). *A Antropologia na América Latina*. México: IPGH, 1990.

LIMA, R. K. *A Antropologia da Academia: Quando os índios somos nós*. Petrópolis: Vozes, 1985.

LOMNITZ, C. *A antropologia entre fronteiras: dialética de uma tradição nacional (México)*. In: L'ÉSTOILE, BENOÎT, SIGAUD, Lygia (Org.). *Antropologia, Impérios e Estados Nacionais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ, 2002.

MELATTI, J. C. *A Etnologia das populações indígenas do Brasil, nas duas últimas décadas*. Anuário Antropológico 80, 1982.

PEIRANO, M. *Desterrados e exilados: Antropologia no Brasil e na Índia*. In: CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto; RUBEN, Guilherme Raul (Org.). *Estilos de Antropologia*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

PEIRANO, M. G. S. *A alteridade em contexto: A antropologia como Ciência Social no Brasil*. Série Antropologia 255. Brasília: DAN/UnB, 1999.

PEIRANO, M. G. S. *The Anthropology of Anthropology: The Brazilian Case*. Série Antropologia n. 110. Brasília: DAN/UnB, 1991. A construção do campo etnográfico no Brasil: Uma introdução.

RAMOS, A. R. *Ethnology Brazilian Style*. Cultural Anthropology 5(4), nov. 1990.

SANGREN, S. *Anthropology of Anthropology? Further Reflections on Reflexivity*. Anthropology Today, v. 23, n. 4, ago. 2007.

SIMARD, J-J. *La Réduction: L'Autochtone inventé et les Amérindiens d'aujourd'hui*. Québec: Septentrion, 2003.

TEÓFILO DA SILVA, C. *A rotinização brasileira de um cisma etnológico: A propósito de uma etnologia brasileira*. In: RIBEIRO, Gustavo Lins; FERNANDES, Ana Maria; MARTINS, Carlos Benedito; TRAJANO FILHO, Wilson. (Org.). *As ciências sociais no mundo contemporâneo: revisões e prospecções*. Brasília: Letras Livres/Editora UnB, v. 1, p. 33-45, 2011.

TREMBLAY, M-A. *Les études québécoises en sciences sociales sur les peuples autochtones du Nord 1960-1989: Conditions socio-historiques de production et profil thématique*. Québec, Document de recherche n. 10, Laboratoire d'anthropologie, Université Laval, 1993.

VELHO, O. G. Antropologia para sueco ver. *Dados-Revista de Ciências Sociais*, v. 23, n. 1, 1980.

VESSURI, H. *Estilos nacionais da antropologia? Reflexões a partir da sociologia da ciência*. In: CARDOSO DE OLIVEIRA, R.; RUBEN, G. R. (Org.). *Estilos de Antropologia*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

VIVEIROS DE CASTRO, E. *Etnologia Brasileira*. BIB-O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995). São Paulo: Ed. Sumaré, 1999.